

À atenção dos Relatores Especiais:

Michel Forst, situação dos defensores dos direitos humanos

Victoria Tauli-Corpuz, Direitos dos Povos Indígenas

Annalisa Ciampi, Direitos da Liberdade da Assembleia Pacífica e da Associação

Distintos colegas,

Antes da 36ª sessão do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas e da 71ª sessão da Terceira Comissão da AGNU,

Nós, os abaixo assinados 38 defensores dos direitos humanos de 29 países, participando na oficina 'Formação de Proteção para Defensores Ambientais e Fundiárias' em Joanesburgo, entre 7 e 9 de agosto de 2017, estamos apelando a vocês com as nossas preocupações sobre o nosso trabalho e graves ameaças aos direitos humanos e o meio ambiente. Nesta declaração, buscamos destacar o fechamento do espaço cívico e os riscos que enfrentamos em nossas vidas diárias, enquanto defendemos o meio ambiente.

No dia 2 de agosto, o mundo oficialmente entrou em déficit sobre a quantidade de energia que podemos consumir em 2017. Este dia, o Earth Overshoot Day (EOD), continua vindo mais cedo a cada ano, pois estamos usando mais recursos naturais do que o nosso planeta pode produzir em um ano. Está bem documentado que o Norte global goza da maioria dos benefícios do consumo excessivo de recursos, enquanto o Sul global tem o peso dos custos. Ultimamente, e de forma mais preocupante, o custo dessa busca por recursos tem sido vidas humanas. Muitos estudos publicados nos últimos anos mostram evidências cada vez mais evidentes da perseguição que nós, as pessoas que defendem os recursos naturais contra a exploração sem escrúpulos têm enfrentado frequentemente.

O ano de 2016 superou 2015 como o ano mais mortal registrado para aqueles entre nós que desejam ter uma opinião na administração de sua doação natural.

Global Witness não só [relata](#) que o número de mortes aumentou para 200 (de 185 em 2015), mas também que o fenômeno esta continuamente se espalhando a novos países. No clima atual, onde a repressão se torna cada vez mais a norma globalmente, os defensores do meio ambiente e fundiário, particularmente aqueles de nós com origens indígenas, são particularmente vulneráveis. Vivendo e trabalhando em áreas remotas, tendemos a sofrer de marginalização social e econômica, o que torna ainda mais difícil para nós sermos ouvidos e enfrentar os poderosos interesses das corporações nacionais e transnacionais, que muitas vezes operam em nexos com o Estado. Quando interpelamos a colusão entre atores estatais e corporativos, enfrentamos oposição - a dissidência é sufocada e criminalizada, e nossas vidas estão sendo ameaçadas. Muitas vezes, nosso trabalho é desacreditado e somos rotulados como sendo "antinacionais" e "anti-desenvolvimento". Esta resistência constante deixa evidente que o nexos entre o Estado e a corporação, alimentado pela corrupção, é um dos maiores fatores que permitem a perseguição que enfrentamos.

Esta carta é nosso apelo coletivo de socorro. Precisamos de uma ação global para combater as ameaças que enfrentamos. Precisamos de espaço real para nos fazer ouvir e maior apoio dos atores com influência global que podem amplificar nossas vozes. Nossa luta se estende muito além das nossas respectivas terras e comunidades. Derradeiramente, estamos lutando

por um mundo no qual todos se beneficiem de forma justa e sustentável dos recursos naturais que são conservados para as gerações futuras.

Esta não é apenas uma luta pelos recursos, é uma luta pela justiça e pela igualdade social. Como a Oxfam demonstrou em seu relatório de 2017, "Uma economia para os 99 por cento", a perda de terras ou o acesso a recursos como água ou florestas contribuem grandemente para a desigualdade em todo o mundo. Ele priva as comunidades e os cidadãos, como nós, das nossas fontes de renda muitas vezes ameaçam a nossa sobrevivência. E, no entanto, quando protestamos pacificamente contra esse ataque em nossos recursos e meios de subsistência, enfrentamos violência das forças do estado, grupos de segurança privada e grupos de vigilantes patrocinados pelo estado. Quando defendemos os direitos das nossas comunidades, enfrentamos acusações criminais infundadas, detenções ilegais por acusações fabricadas, tortura preventiva, ameaças à vida e liberdade, vigilância, assédio judicial e barreiras administrativas, entre outras ações. Nossas famílias são ameaçadas em silêncio e muitos de nós tivemos que tomar a decisão difícil de fugir das nossas casas e entrar em exílio, recuando de uma luta que se tornou muito perigosa.

À luz das situações e condições cada vez mais perigosas com as quais nos encontramos atualmente, exortamos a:

- Instamos-nos os Estados membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU a esclarecer a legislação nacional relativa aos direitos relacionados aos recursos naturais.
- Desenvolver princípios orientadores para que os governos elaborem disposições legislativas para melhorar a proteção dos defensores dos direitos humanos, inclusive aqueles que trabalham na gestão dos recursos naturais.
- Enfatizar a necessidade dos governos a cumprir as normas internacionais em direitos humanos e desenvolvimento, nomeadamente a Convenção 169 da OIT sobre o direito das populações indígenas, assegurando que as comunidades são plenamente consultadas e que o seu consentimento completo é concedido antes do desenvolvimento de infraestrutura ou projetos extrativos.
- Mobilizar recursos aumentados e aproveitar os funcionários existentes da ONU em vários países para ajudá-lo a perseguir casos individuais.
- Instar os governos em países onde os defensores do meio ambiente e fundiário correm o risco, de criar fundos de crise de emergência para proteger melhor esses ativistas.
- Priorizar as visitas nos países onde a vida dos defensores ambientais e fundiários está mais ameaçada, como Honduras, República Democrática do Congo, Brasil, Filipinas, Colômbia, Nicarágua e Índia, para chamar a atenção para a situação e encorajar seus governos a garantir um ambiente favorável para ambientalistas e defensores fundiários para continuar suas lutas com segurança.
- Divulgar as ações de acompanhamento realizadas nos países que vocês já visitaram, como México em 2017.

Grato,

Endossado por

Acción Ecológica - Ecuador

Amadiba Crisis Committee - South Africa

Associação Justiça, Paz e Democracia -Angola

Association Africaine de Défense des Droits de l'Homme - Democratic Republic of the Congo

Association des Amis de la Nature - Burundi

Association Jeunesse Verte du Cameroun - Cameroon

Association Tunisienne de Droit du Développement - Tunisia
Arab Youth Climate Movement - Jordan
Badia East Community - Nigeria
Brainforest - Gabon
Center of Studies and Initiatives for Development - Equatorial Guinea
Collectif Tany - Madagascar
Consejo Nacional para la Defensa de la Tierra, Lago y Soberanía - Nicaragua
Fundar - Mexico
Global Rights Alert - Uganda
Justiça nos Trilhos - Brazil
Kazakhstan International Bureau for Human Rights and Rule of Law - Kazakhstan
Livanningo - Mozambique
Maasai Women at rural communities - Kenya
Marange Community Development Trust - Zimbabwe
Mozambique Bar Association - Mozambique
Nash Vek Public Foundation - Kyrgyzstan
National Center for Advocacy Studies - India
National Organisation of Andean and Amazonian Indigenous Women of Peru - Peru
National Training and Support Center for NGOs - Tajikistan
Non-Timber Forest Products Exchange Programme - Philippines
People's Watch - India
Rede Terra - Angola
Red Sombra Observadores Glencore - Argentina
Regional Central American Association for Water and the Environment - Costa Rica
Rim Climate Movement - Mauritania
Sustaining the Wild Coast - South Africa
Tanzanian Human Rights Defenders Coalition - Tanzania
Tanzania Pastoralist Community Forum - Tanzania
Wahli Riau - Indonesia